



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: ENTRE A DIVERSIFICAÇÃO E MASSIFICAÇÃO

Ana Maria da Silva Magalhães
anamariasilva@ufgd.edu.br
Mestre em Educação / UFGD

RESUMO

A educação superior no Brasil tem passado por um processo de massificação, intensificado, sobretudo pelo crescimento do setor privado, que hoje abarca o maior número de instituições e matrículas desse nível de ensino. O presente trabalho pretende contribuir com o debate acerca da expansão da educação superior, na medida em que analisa e reflete sobre a forma como se configura o crescimento de sua oferta por meio de instituições privadas. Para as análises buscou-se nas estatísticas oficiais e na literatura da área, além de sites de mantenedoras de IES privadas, elementos que pudessem embasar as discussões. Como resultados, pode-se observar que o crescimento da oferta de educação em IES privadas se dá em decorrência tanto da indução de formas de mercado na gestão de suas instituições, bem como por políticas públicas que induzem a ocupação de suas vagas ociosas.

Palavras chave: Educação Superior; Setor Privado, Expansão Educacional.

Introdução

A educação superior no Brasil passa por um processo de massificação, intensificado, a partir dos anos de 1990, especialmente pela universalização do acesso ao ensino fundamental e do conseqüente crescimento da demanda resultante das conclusões da educação básica (OLIVEIRA, 2009).

Esse processo de massificação é promovido, sobretudo pelo crescimento acelerado do setor privado, que hoje abarca o maior número de instituições e matrículas desse nível de ensino.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

Diante disso, o presente trabalho pretende contribuir com o debate acerca das políticas públicas para a expansão da educação superior, na medida em que analisa e reflete sobre a forma como se configura o crescimento de sua oferta por meio de instituições privadas.

O referencial teórico se apoia no conceito gramsciano de qualidade, quando se propõe que o ingresso aos diversos níveis de ensino reflete a qualidade da educação como forma de democratização pelo acesso ao pensamento crítico e pelo acesso aos saberes historicamente acumulados (GRAMSCI, 1974).

Para as análises buscaram-se dados nas estatísticas oficiais, além de sites de mantenedoras de IES privadas, como elementos que embasassem as discussões.

1. Expansão do setor privado: formas de diversificação e massificação no Brasil

A educação superior brasileira passa por um processo de transição de um sistema elitista e fechado para um sistema de massas (GOMES, MORAES, 2009). Para além da expansão, esse processo de transição é marcado pela privatização e diversificação institucional. Essa configuração a que se tem revestido a educação superior brasileira tem gerado inquietações, expressas na literatura da área, que são justificadas pelo crescimento acelerado do setor privado em prejuízo da adoção do modelo universitário além das preocupações acerca da manutenção da qualidade da educação.

Conforme tem apontado Cunha (2003), a Universidade é o *locus* de formação em nível superior, na medida em que sua organização acadêmica é pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido essa instituição possui papel fundamental no desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país.

As estatísticas oficiais comprovam a tendência pela não adoção ao modelo de organização acadêmica em universidade no setor privado, sendo que no conjunto de suas 2.090 instituições esse setor possuía apenas 84 universidades em 2013, ou seja, 4% do total de IES (INEP, 2014).



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

Os dados da tabela 1 informam o crescimento do número de instituições da rede privada por organização acadêmica a partir dos anos de 2000 a 2013:

Ano	Instituições						
	Universidade	%	Centro universitário	%	Faculdade	%	Total
2003	84		78		1.490		1.652
2004	86	2,4	104	33,3	1.599	7,3	1.789
2005	86	0,0	111	6,7	1.737	8,6	1.934
2006	86	0,0	115	3,6	1.821	4,8	2.022
2007	87	1,2	116	0,9	1.829	0,4	2.032
2008	86	-1,1	119	2,6	1.811	-1,0	2.016
2009	86	0,0	120	0,8	1.863	2,9	2.069
2010	89	3,5	119	-0,8	1.892	1,6	2.100
2011	88	-1,1	124	4,2	1.869	-1,2	2.081
2012	85	-3,4	129	4,0	1.898	1,6	2.112
2013	84	-1,2	130	0,8	1.876	-1,2	2.090
2003-2013		0,0		66,7		25,9	

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

De acordo com os dados da tabela 1, em termos de instituições no período em tela, o menor aumento registrado foi o do número de universidades, que apesar de ter aumentado no período de 2000 a 2007, houve a diminuição no período posterior.

O centro universitário por sua vez foi a categoria que mais cresceu em termos de número de instituições, apresentando um crescimento proporcional de 66,7%, com o incremento de 52 instituições. Logo após aparecem as faculdades e escolas isoladas, com um aumento percentual de 25,9% no número dessas IES.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

Pode-se observar também que até o ano 2005 foi implantado o maior número de instituições, em termos proporcionais. Após esse período, diminuem as escalas de crescimento, sendo que em cada período considerado observam-se escalas de crescimento menores, inclusive com a diminuição no número de IES no último período.

De acordo com o resumo técnico do INEP do ano de 2009:

[...] houve uma inversão da tendência, observada até o ano de 2007, de aumento do número de IES. Tal diminuição pode ser explicada pela integração de instituições, por fusão ou compra, que também vem sendo registrada nos últimos anos (INEP, 2009, p. 9).

Nos últimos anos, o movimento de fusão ou compra de IES privadas, pode ser verificado ao se cotejarem os dados das tabelas 1 e 2. Os dados sinalizam que, apesar de haver redução no número de IES no último período, o mesmo não ocorreu com o número de matrículas nessas instituições. No período em tela houve o crescimento de 26,5% no número de instituições de educação superior, sendo que o crescimento total no montante de matrículas em cursos de graduação presencial e a distância nas instituições privadas cresceu algo próximo de 95%.

Tabela 2 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação em Instituições Privadas - Brasil - 2003/2013

Ano	Matrículas em Cursos de Graduação						
	Presencial				A distância		
	Universid	Centro Univer.	Faculd.	Total	Universidade	Centro Univer.	Faculd.
2003	1.290.816	484.503	960.422	10.107	3.012	2.469	4.626
2004	1.346.794	601.030	1.037.581	23.622	13.574	1.483	8.565
2005	1.426.962	659.170	1.174.835	60.127	36.624	4.490	19.013
2006	1.457.133	711.399	1.298.810	165.145	94.065	15.562	55.518
2007	1.561.503	663.321	1.414.589	275.557	192.721	24.704	58.132
2008	1.574.683	697.495	1.533.913	448.973	309.380	35.191	104.402
2009	1.525.124	697.479	1.542.125	665.429	431.793	83.705	149.931
2010	1.537.003	727.465	1.722.956	748.577	492.069	95.049	161.459
2011	1.550.899	759.964	1.840.508	815.003	539.503	146.157	129.343
2012	1.540.281	807.918	1.859.887	932.226	634.721	255.786	41.719
2013	1.572.676	838.249	1.963.506	999.019	670.911	290.922	37.186



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

2003 - 2013	22%	73%	104%	9.784%	22.175%	11.683%	704%
-------------	-----	-----	------	--------	---------	---------	------

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

Nos anos de 2008, 2011 e 2013 houve a redução do número de IES. Um dos fatores que contribuiu para a redução do número de IES está relacionado com o surgimento de IES maiores, especialmente centros universitários, pelo processo de fusão de duas ou mais dessas instituições. Sendo que, nesses anos, a diminuição do número de IES não atenuou o ritmo de crescimento das matrículas no setor privado. Além desse processo, há ainda mecanismos de ampliação de vagas e de crescimento dos cursos ofertados, sobretudo nos Centros Universitários, em que há a prerrogativa de autonomia, esse por sua vez é o tipo de IES que mais aumentou nos últimos anos.

A ampliação da capacidade financeira das mantenedoras, também promoveu o aumento das faculdades no período em tela. As mantenedoras alargam sua atuação para competir com instituições menores, conforme explicita José Augusto Teixeira, diretor de planejamento e relações com o investidor da Anhanguera Educacional, uma empresa mantenedora que vem crescendo por meio da aquisição de IES no Brasil:

Hoje o segmento de educação superior conta com um número grande de instituições pequenas, ou seja, com 1200 a 2000 alunos. Esse grupo possui 75% dos brasileiros cursando ensino superior. Por isso, para crescer, a Anhanguera deve criar mercado para elevar o *marketshare*. A tendência é que o número de universidades e faculdades diminua, garantindo que a companhia aumente sua participação de mercado. Isso pode se dar através da aquisição dessas instituições ou a migração de alunos. A forma de fazer isso é entrar em cidades de pequeno e médio porte e competir com essas instituições, muitas delas ainda de administração familiar. Com uma mensalidade mais acessível, possibilitada por uma gestão de eficiência e qualidade, comprovada, por exemplo, com os últimos resultados do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), de 2007, em que os da Anhanguera tiveram uma média de 3,3 de 5, superior à nacional de 2,5. Portanto, hoje o mercado está estável, se considerarmos a taxa de penetração (TEIXEIRA, 2009).

Conforme se pôde notar no trecho exposto, a expansão acelerada do setor privado por compra ou fusão de instituições resulta de processos de atuação empresarial, por parte do



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

setor privado, que aplica regras de mercado para a oferta de educação como uma “mercadoria” promissora (OLIVEIRA, 2009; SGUISSARDI, 2008).

Essa atuação competitiva de mercado tem viabilizado a transformação das instituições de educação superior em oligopólios, conforme explicita Oliveira (2009):

Entretanto, mais do que sua transformação em mercadoria, o que estamos observando, no caso do ensino superior, é um processo intenso de concentração. Assim, é possível falarmos, também, em processo de oligopolização. Ou seja, o número de fornecedores tende a se concentrar ainda mais nos próximos anos e uma fatia significativa do mercado tende a ficar com os maiores grupos. Mantidas as condições atuais de sustentação exclusivamente por mensalidades, poucos serão os que conseguirão ocupar nichos específicos do mercado sem ser acossados pelas instituições maiores (p. 754).

Em termos gerais, o maior crescimento no montante de matrículas em cursos de graduação presencial no setor privado, no período que abarca os anos de 2003 a 2013 é o observado nas faculdades. No entanto, para cursos de graduação à distância, o maior crescimento foi o verificado nas Universidades privadas.

Observa-se uma inversão de tendências de crescimento da oferta de educação no setor privado. Enquanto que, em termos de cursos de graduação presencial, existe um maior crescimento do montante de matrículas nas faculdades, em termos de graduação à distância o maior crescimento no montante de matrículas é visualizado nas universidades.

Em termos de graduação presencial, ainda que as universidades e centros universitários possuam algumas prerrogativas de autonomia, as faculdades vêm se configurando como as instituições que, além de serem em maior número, tendem a crescer mais no setor privado.

Apesar de serem muitas instituições, é importante notar-se que uma mesma mantenedora responde pela manutenção de várias IES, mesmo com formas de organização



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

diferenciadas, como é o caso da Anhanguera Educacional e Kroton que em 2013 se uniram e criaram o maior grupo de educação do Brasil ¹.

A Kroton e a Anhanguera, os dois maiores grupos de educação do País, anunciaram uma fusão nesta segunda-feira (22), numa operação que cria o maior conglomerado do setor do mundo. A companhia resultante teria faturamento bruto de R\$ 4,3 bilhões, cerca de um milhão de alunos e valor de mercado próximo a R\$ 12 bilhões.

Um dos motivos apresentados para a fusão das duas mantenedoras reside no fato de que existe uma complementariedade de atuação das duas mantenedoras em termos geográficos, conforme trecho transcrito abaixo:

A Anhanguera tem forte presença em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Kroton está mais estabelecida no Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina e Paraná. Na empresa resultante, 73% da receita virá do ensino superior em campus, 23% do ensino superior em polos associados e 4% de educação básica. O grupo terá cerca de 800 unidades de ensino superior e 810 escolas associadas².

O quadro acima confirma a tendência já anunciada de aglomeração das IES privadas em torno de um número reduzido de mantenedoras, que são mais fortes e com modelos de gestão mais eficientes para a captação de mercado consumidor. Exemplo disso é o crescimento acelerado do setor de educação a distância, conforme já observado na tabela 2. O trecho abaixo explicita a atuação da Kroton no mercado da Educação:

Segundo estudos da Hoper Consultoria, os fatores críticos de sucesso para as instituições que pretendem atuar no ensino superior a distância são (i) capilaridade, ou seja, a quantidade de Polos espalhados pelo país; (ii) a competência competitiva dos gestores dos Polos, de modo a captar novos alunos e reter os alunos já matriculados; (iii) a infraestrutura dos Polos e a sua adequação às necessidades dos alunos; (iv) visibilidade nacional, através

¹ Nesse sentido ver: <http://economia.ig.com.br/mercados/2013-04-22/kroton-e-anhanguera-educacional-firmam-acordo-de-associacao-e-aco-es-disparam.html>. Acesso realizado em 12 set. 2014.

² Nesse sentido ver: <http://economia.ig.com.br/mercados/2013-04-22/kroton-e-anhanguera-educacional-firmam-acordo-de-associacao-e-aco-es-disparam.html>. Acesso realizado em 12 set. 2014.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

de uma marca forte; e (v) credibilidade institucional e de conteúdo, tal qual a imagem que a instituição tem junto ao público alvo e a existência de alguns professores/autores com certa notoriedade nacional assinando o conteúdo educacional produzido. Como consequência, a Kroton é atualmente a maior instituição de Ensino Superior a Distância do Brasil e conta com 726 polos espalhados nas principais cidades do país.³

Importa observar que, apesar da vertente democratizadora que a educação a distância pode sugerir, na medida em que pretende alcançar públicos que poderiam não ter acesso a modalidade presencial, ou que, devido a suas particularidades não poderiam frequentar o ensino regular presencial, é preciso verificar em que medida o investimento nesse tipo de ensino, não seria apenas mais uma possibilidade de maximizar os lucros dessas instituições, em prejuízo da oferta de um ensino de melhor qualidade.

Conforme aponta Cunha (2004) o ensino superior somente pode ser desenvolvido com recursos caros e raros, que não existem em qualquer lugar [...] (p. 813) de modo que a expansão desse nível de ensino por meio de instituições isoladas, não universitárias, baseadas apenas no ensino em prejuízo do desenvolvimento da pesquisa e da geração de conhecimento, como é o caso das faculdades, ou de instituições, que apesar de prerrogativas universitárias, como é o caso dos Centros Universitários, possuem exigências menores em termos de dedicação exclusiva e de titulação de seus docentes, é uma questão forte para os debates e políticas públicas em torno da expansão desse nível de ensino.

2. As Políticas Públicas e o Setor Privado

Ainda que em menor escala, comparada à ação do mercado, outro fator apontado como indutor do aumento das matrículas no setor privado de educação superior se constitui no desdobramento de programas no interior das políticas implementadas pelo poder público direcionados a essas instituições, como é o caso dos programas Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e PROUNI. Esses programas se destacam especialmente

³ Nesse sentido ver: <http://economia.ig.com.br/mercados/2013-04-22/kroton-e-anhanguera-educacional-firmam-acordo-de-associacao-e-acoas-disparam.html>. Acesso realizado em 12 set. 2014.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

pela possibilidade de ocupação das vagas ociosas desse setor (CATANI, HEY, GILIOLI, 2006; SEGENREICH; CASTANHEIRA, 2009).

O programa FIES, cujo objetivo é disponibilizar financiamento para estudantes matriculados em cursos superiores em instituições privadas, é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O PROUNI, por sua vez, foi criado em 2004 e institucionalizado no ano 2005, com a finalidade de conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Em contrapartida, as instituições que aderem ao Programa PROUNI recebem algumas isenções fiscais.

Uma das ações do PDE em relação ao PROUNI e FIES foi a integralização do FIES ao PROUNI, quando os beneficiários de bolsas parciais do PROUNI passam a ter a possibilidade de financiar o restante da mensalidade. A Lei nº 11.552, de 19 de novembro de 2007, alterou os limites para financiamento, o período de carência e diminuiu os juros para os alunos beneficiários do programa FIES. No novo Plano Nacional de Educação, aprovado

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Para o alcance dessa meta propõe, além de estratégias mais gerais e voltadas para o setor público, várias estratégias que contemplam apenas o setor privado, por meio do financiamento público:

12.5) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

[...]

12.6) expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador;

[...]

12.20) ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos - PROUNI, de que trata a Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2014).

O FIES e o PROUNI possuem destaque entre as estratégias para a expansão da educação superior no texto legal que aprova o Plano Nacional da Educação aparecendo em três estratégias voltadas especificamente para o setor privado.

O PROUNI, em especial, tem recebido críticas por parte da literatura da área, na medida em que, transfere recursos públicos para o setor privado através de isenções fiscais (CUNHA, 2007; CATANI, HEY, GILIOLI, 2006; SGUISSARDI, 2006; SILVA JUNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V., 2005). Sguissardi (2006), por exemplo, aponta:

[...] Cálculos financeiros indicam que, com as modificações atuais, o custo dessas vagas em IES privadas [por meio do PROUNI] – que priorizam as atividades de ensino e apresentam em geral baixa qualidade – tornou-se maior do que o seria para o Tesouro Nacional nas universidades públicas, que priorizam atividades de ensino e pesquisa e são, via de regra, de melhor qualidade. A utilização dos espaços ociosos dos *campi* das IFES teria sido muito menos onerosa e cumpriria parte de um dos compromissos do plano de governo para a educação superior (p. 1043).

Conforme Sguissardi (2006), se os recursos utilizados para a implementação do PROUNI e FIES nas IES privadas fossem transferidos para criar novas vagas no setor público, certamente esse último poderia ter certo crescimento. No entanto, não se pode deixar de considerar que a simples destinação desses recursos para criação de vagas no setor público, poderia não atender as necessidades de alguns públicos específicos que são alvo desses



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

programas, quando no interior dessas ações existem reservas de bolsas para algumas políticas de ação afirmativa, além do indicador econômico, sobretudo, para o caso do PROUNI.

A implementação do PROUNI se constituiu como bandeira de luta de movimentos sociais, como o “Movimento dos Sem Universidade15”, que busca a expansão do acesso à educação superior.

No entanto, observa-se que, mediante os caminhos delineados por essas políticas para a expansão da educação superior no Brasil, as mudanças desse nível de ensino, em curso, têm contribuído com a expansão da educação superior privada, por meio de programas como o PROUNI e o FIES.

Verifica-se, portanto, que há dois mecanismos de indução da expansão da educação superior no setor privado, sendo um promovido pelas políticas públicas que vêm contribuindo com a expansão dessas instituições, e outro mecanismo é o próprio mercado que vem induzindo a expansão das instituições privadas, inclusive por meio de processo de “oligopolização”.

Esses mecanismos viabilizam o avanço do setor privado, especialmente quando se observa o interesse de instituições estrangeiras, inclusive financeiras, na aquisição de instituições brasileiras (OLIVEIRA, 2009; ALMEIDA, 2008).

Cumprе ressaltar que o movimento de expansão do setor privado no período em tela se sustenta em virtude da crescente demanda social por acesso à educação superior, especialmente a partir da ampliação do acesso e permanência na educação básica que gera demanda para acesso ao ensino superior, a qual o setor público não tem apresentado capacidade suficiente para atender.

Considerações Finais

O presente trabalho pretendeu analisar o movimento de expansão do setor privado de educação superior no Brasil, que tem avançado muito além do setor público, nos últimos anos, cuja expansão tem sido induzida tanto pela ação do mercado por meio de formas de



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

administração gerencial no formato de oligopólios, como pelas políticas públicas que induzem a ocupação de suas vagas ociosas.

Ação do poder público para responder às pressões decorrentes da crescente demanda por acesso a educação superior são parcialmente respondidas, a partir de um conjunto de ações voltadas especificamente para o setor privado, que envolvem bolsas, cotas, subsídios, programas de assistência estudantil.

Parte do quantitativo de egressos, ao não ter acesso às IES públicas, busca as privadas, e contam com programas de financiamento, como é o caso do FIES e do PROUNI. Além de programas de bolsas, algumas dessas instituições “puxam” suas mensalidades para baixo com vistas a abranger maiores públicos e ter condições de competir dentro do setor.

Em linhas gerais observam-se a necessidade de mais pesquisas e debates que busquem refletir sobre um melhor atendimento a essa demanda, que realmente garanta a democratização desse nível de ensino por meio de uma educação menos mercadorizada e mais comprometida com a produção do conhecimento e com o pensamento crítico.

Referências

ALMEIDA, W. M. Ensino superior privado atual: tentáculos e novas configurações de um velho ator. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31. 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.552, de 19 de novembro de 2007. Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies. **Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11552.htm>. Acesso em: 12 set. 2014.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 12 set. 2014.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p.125–140, dez. 2006.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003.

_____. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n.88, p. 795–817, out. 2004.

_____. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 809–829, out. 2007.

GOMES, A. M.; MORAES, K. M. A expansão da educação superior no Brasil contemporâneo: questões para o debate. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32. 2009. Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2009.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

INEP. **Resumo Técnico: Censo da Educação Superior de 2009**. Brasília: INEP, 2010c. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/> >. Acesso em: 12 set. 2014.

INEP. Censo da Educação Superior de 2013. Brasília: INEP, 2014 Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/> >. Acesso em: 12 set. 2014.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

SEGENREICH, S. C. D; CASTANHEIRA, A. M. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 55-86, jan./mar. 2009.



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil (1995-2006): precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 96, p. 1021–1056, out. 2006.

_____. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 105, p. 991–1022, set/dez. 2008.

_____; SILVA JUNIOR, J. R. **Trabalho intensificado nas federais: Pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JUNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.10, n. 29, p. 5-27, maio/ago. 2005.

TEIXEIRA, J. A. Visão da Empresa. In. BINKOWSKI, G. I. **Empresa em foco**: Anhanguera Educacional. 2009.